

II ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO
DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Estratégia de articulação com o ensino e a pesquisa

Extensão, pesquisa e compromisso social

Conceito de sala de aula

Extensão, estágio e crédito curricular

Projetos e atividades de extensão

UFMG — Belo Horizonte, 23 e 24 de maio de 1 988

EXTENSÃO, PESQUISA E COMPROMISSO SOCIAL

O compromisso social da universidade é inserir-se nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, da igualdade e desenvolvimento social, notadamente resgatando a cidadania como valor norteador da práxis universitária e priorizando as atividades direcionadas à luta contra a dependência econômica, cultural e política.

A universidade deve dirigir seus interesses e preocupações para as questões sociais. Para tanto, cabe-lhe buscar junto à própria comunidade subsídios que lhe permitam detectar seus anseios, numa postura de convivência aberta e horizontal.

A extensão como prática acadêmica visa interligar a universidade em suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, buscando respeitar o compromisso social da universidade.

O conteúdo da extensão deve ser definido a partir das diretrizes políticas da universidade onde se há de considerar a relação entre realidade institucional e o processo histórico. Dessa forma, o projeto extensionista poderá ser uma resposta permanente aos anseios da sociedade.

A relação entre extensão e pesquisa ocorre sobretudo pelo papel que esta passa a desempenhar enquanto criadora e recriadora de conhecimentos, enquanto seja capaz de contribuir para a transformação da sociedade.

A questão da relação entre pesquisa e compromisso social tem, como núcleo central, saber-se o que deverá ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam os novos conhecimentos.

A mobilização da comunidade acadêmica na direção das necessidades sociais requer uma mudança estrutural do comportamento acadêmico não só nas bases (docente, discente e técnico-administrativo) como também numa nova visão de integração das Pró-Reitorias, colegiados e administração superiores das universidades.

O CONCEITO DE SALA DE AULA

Na realidade recente das universidades brasileiras, o conceito de sala de aula pode ser entendido em uma dimensão tradicional e crítica.

Na dimensão tradicional, tem sido um espaço de elaboração teórico-abstrata, substanciada na ruptura teoria e prática, trabalho intelectual e trabalho manual. Aqui, não se dá a sistematização da relação homem-mundo, sujeito-objeto. Dá-se uma prática acadêmica alienante, confirmadora do "status quo", através de uma mera transmissão de informações.

A dimensão crítica do conceito emerge à medida que a ação da extensão, articulando ensino e pesquisa, pressupõe a produção de conhecimentos e a formação de recursos humanos no confronto e como resposta aos desafios da realidade. Aqui, professores, alunos e população são atores, sujeitos no ato de aprender, de produzir conhecimentos e formar recursos humanos. Não se restringe mais ao espaço físico da dimensão tradicional, mas diz respeito a todos os espaços dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações. Deixa de ter caráter exclusivamente unidisciplinar e passa a expressar um conteúdo interdisciplinar/transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática. Além disso, se alicerça no conceito da relação teoria-prática, consciência/auto consciência, enfim, como expressão de uma práxis acadêmica.

EXTENSÃO, ESTÁGIO E CRÉDITO CURRICULAR

O estágio curricular, na medida em que é momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, é também

um dos mais adequados instrumentos para viabilizar a extensão universitária.

Entretanto, da maneira como vem sendo desenvolvido, não atende suficientemente aos objetivos da universidade, nem contribui para o desenvolvimento da sociedade.

Entre as dificuldades que o estágio curricular enfrenta, destaca-se sua inexistência no currículo de alguns cursos e sua oferta ao aluno numa etapa do curso em sua preparação acadêmica está praticamente concluída, além de distante do contexto social. Conseqüentemente não proporciona subsídios adequados à formação profissional e à transformação social. Face a esta situação, sugere-se:

1. A obrigatoriedade do estágio curricular para todos os cursos, respondendo às questões sociais, dimensionadas em debates *universidade/comunidade*, fortalecendo o trabalho da universidade com a comunidade. O estágio deveria ser desenvolvido, sempre que possível, desde os primeiros semestres.
2. O estágio curricular deve integrar projetos decorrentes dos Departamentos, priorizando sobretudo, a contribuição à solução de problemas sociais.
3. A participação dos discentes em projetos e atividades de extensão deve ser computada para integralização curricular. Os mecanismos de operacionalização deste processo deverão ser definidos por cada universidade.
4. As universidades, a médio prazo, devem reformular seus currículos, de modo a garantir que a prática vivenciada no estágio integre a temática curricular, objetivando uma formação mais crítica e mais comprometida, capaz de propor alternativas de soluções para os problemas sociais;

Atentou-se, ainda para o caso de atividades impropriamente denominadas "estágios", fora do controle das universidades e que vêm atendendo a interesses empresariais. Esta evidente distorção dos estágios tem ocorrido sobretudo quando da intermediação dos chamados organismos de integração empresa/universidade, a despeito da norma legal existente.

Entendeu-se como projeto de extensão aquele que contemple, pelo menos, as seguintes dimensões:

- a) articulação com o ensino, especialmente na graduação;
- b) previsão, de alguma forma, de ações de pesquisa;
- c) colaboração na transformação da sociedade, através de formas diretas de atuação;
- d) consideração do conhecimento socialmente adquirido e o desenvolvimento dos movimentos e organizações populares.

Quanto à questão financeira, faz-se necessário que os projetos de extensão seja viabilizados pela universidade, com recursos do seu próprio orçamento. Entretanto, pode-se buscar o apoio de agências financiadoras a partir do momento em que a indissociabilidade ensino/pesquisa, se torne o ponto de partida para a prática acadêmica e, sempre que possível, estabelecer mecanismos que viabilizem a integração interinstitucional.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO DO ENSINO E DA PESQUISA ATRAVÉS DA EXTENSÃO

Uma condição essencial identificada para se viabilizar a extensão como prática acadêmica é a de que, no âmbito de cada universidade, fosse discutida sua proposta de ação global, definindo suas linhas de ensino e pesquisa, em função das exigências da realidade. Tal discussão teria a participação de todas as Pró-Reitorias e órgãos similares, departamentos, unidades, cursos, professores, alunos e população.

Uma outra medida fundamental seria a revisão do próprio modelo estrutural da universidade.

Estas medidas, de caráter mais amplo e global, teriam como uma das decorrências o reconhecimento curricular programático-administrativo das atividades de docentes e alunos, numa expressão orgânica de ensino e pesquisa articulada pela extensão.

Neste contexto, o próprio estágio curricular não significaria um momento único de expressão da relação dialética teoria-prática, sendo que esta seria um componente a permear a concepção e o funcionamento dos cursos e da universidade enquanto um todo.

As Pró-Reitorias de Extensão ou órgãos similares teriam sua existência vinculada a uma ação tática de articulação, sensibilização e coordenação, no contexto estratégico de construção processual da abertura e do confronto universidade-sociedade.

RECOMENDAÇÕES/SUGESTÕES

- 1) Que os próximos encontros nacionais de Pró-Reitores de Extensão expressem caráter processual, constituindo-se momento de reflexão sobre a prática ocorrida ou ocorrente em cada universidade.
- 2) Que as conclusões e resultados dos encontros dos Pró-Reitores de Extensão sejam encaminhados aos fóruns de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, Ensino e Planejamento.
- 3) Que seja destinado tempo específico, nos próximos encontros, ou promovidos eventos específicos, em que se viabilize a discussão das experiências de extensão, ocorrentes no âmbito de cada universidade.
- 4) Que seja criada uma publicação de âmbito nacional pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão, tendo por finalidade divulgar e facilitar o debate de temas relacionados à extensão universitária.
- 5) Que seja intensificada a articulação e a ação conjunta entre os vários Fóruns de Pró-Reitores.
- 6) Que se aprofunde, em um próximo encontro, a questão aluno/mercado de trabalho/compromisso social da universidade.
- 7) Que se considere a avaliação universitária como uma oportunidade significativa para entregar as ações do ensino e da pesquisa, através da extensão, recomendando-se o incentivo e a participação dos Pró-Reitores de Extensão nos processos avaliativos em desenvolvimento ou que venham a ser realizados.
- 8) Que se reafirme a necessidade de existir, na estrutura organizacional do MEC, um órgão de caráter representativo, responsável pela Extensão.
- 9) Que se realizem Seminários Regionais entre a universidade e o Projeto Rondon, programados e organizados pelas Coordenações Regionais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão e Coordenações Estaduais da Fundação Projeto Rondon.

Reproduzido de:

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas** – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.